

**Política, Punição e Silenciamento
nas oposições radicais ao Estado Novo**

Miguel Cardina

2010

*O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e
Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC. N.º 4, 2010*
<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>

RESUMO

Esta reflexão é parte de um trabalho em curso sobre a génese e a identidade da esquerda radical maoísta em Portugal entre 1964 e 1974. Trata-se aqui, em primeiro lugar, de analisar o modo como estes sectores à esquerda do Partido Comunista Português lidaram com a chamada “questão do porte”, e que remetia para a aferição do cumprimento das regras conspirativas, nomeadamente da regra genérica de “não falar”, em contexto de prisão e tortura. Por outro lado, pretende-se demonstrar como este tema permaneceu no tempo e quais as relações que, através dele, se podem estabelecer entre tortura, silêncio e memória. Por fim, procura-se analisar os conflitos entre “marxistas-leninistas” e “comunistas” no interior da cadeia de Peniche, enquanto parte do dissídio ideológico que opôs ambas as correntes durante estes anos.

Palavras-chave: estado novo; tortura; silêncio; memória; maoísmo

Em 1976, o PCP (R) [Partido Comunista Português (Reconstruído)]¹ decidiu levar a cabo uma autodenominada “Campanha de Proletarização e Revolucionarização”. Um dos componentes dessa campanha consistiu na realização de inquéritos a militantes que tinham estado presos durante a ditadura. Foram sujeitos a análise 150 casos, tendo-se concluído que cerca de metade diziam respeito a “motivos não políticos ou políticos mas sem consequências do ponto de vista da apreciação do porte”. Dos 74 casos restantes, detectaram-se 34 casos de “mau porte”, que foram sancionados de maneira diferenciada: alguns activistas foram recuperados como militantes, outros despromovidos à condição de simpatizantes, outros ainda tiveram como destino a expulsão (*Relatório da Comissão de Inquérito à 5.ª Reunião Plenária do Comité Central, s/d*).

Sensivelmente na mesma altura, alguns ficheiros à guarda da Comissão de Extinção da PIDE/DGS (Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança) desapareceram ou foram amplamente espoliados. Não é de todo improvável que tal se destinasse a preparar ou precaver actos de chantagem política. No contexto conturbado da dissolução daquela estrutura policial, muitos activistas tiveram mesmo a possibilidade de trazer para casa o seu processo, porventura com receio do que por lá pudesse estar contido ou na convicção de que o passado de cada

¹ Partido pró-albanês que resultara da união, em 1975, de pequenos colectivos maoístas. A face mais visível do PCP (R) era a sua frente de massas, a UDP (União Democrática Popular).

um apenas a cada um pertence. Esta última ideia esteve, aliás, bem presente nos debates que antecederam a abertura dos arquivos da PIDE/DGS à consulta pública. Em 1996 chegou a ser debatida no Parlamento a devolução aos próprios de cartas, fotografias e outros documentos pessoais apreendidos pela PIDE. A decisão prevalecente foi, porém, no sentido de que nenhuma documentação fosse devolvida e o arquivo está hoje, com algumas restrições, disponível para consulta na Torre do Tombo.

O que parece relevante sublinhar em ambos os episódios é o facto de eles mostrarem bem como o passado pode ser, não apenas uma sombra da qual nos vamos afastando, mas um fantasma cujas marcas dificilmente se diluem no tempo. Apesar da conjuntura política e social ter mudado com o 25 de Abril, as experiências traumáticas vividas em contexto de interrogatório e tortura não se desdramatizaram completamente com a mudança de regime. A urgência em fazer a revolução e a maneira como as estruturas partidárias à esquerda lidaram com a questão ajudará a perceber isso; mas os motivos devem também ser procurados na evidência de que os efeitos da tortura no corpo e na alma dos antigos prisioneiros não desaparecem por decreto. Entre outros aspectos, a notória dificuldade dos presos para transmitir, ainda hoje, as suas experiências de cárcere é disso um reflexo.

Silêncios e Poder

A temática do silêncio tem vindo a ser analisada na sua conexão com o poder. Se esta relação é frequentemente vista sob o prisma da imposição - o silêncio como resultado de uma coacção externa que desvanece os indivíduos e as colectividades - a verdade é que o silêncio também pode assumir uma dimensão positiva, enquanto veículo para o exercício do poder e cerne de experiências de identificação. Maria-Luisa Achino-Loeb, numa feliz definição, classifica-o como uma "experiência da presença disfarçada de ausência" (2006: 2). O silêncio e as suas modalidades têm, com efeito, um carácter ambíguo e situacional que aparece de modo muito evidente no tema da repressão e da tortura aos presos políticos.

A vertente negativa do silêncio, o silêncio-imposição, é analisada por Françoise Sironi (1999) num estudo psicológico sobre a tortura. Para a autora, a tortura não se propõe apenas extorquir informação mas sobretudo silenciar as vítimas e o grupo ao qual elas pertencem. Silencia, em primeiro lugar, porque a dor monopoliza a linguagem, ao mesmo tempo que resiste à "objectivação linguística", devido ao facto de não dispor de um referencial exterior. Mesmo quando os torturadores não eliminam

permanentemente a voz através da mutilação ou do assassinio, domesticam-na de forma a operar uma desagregação das estruturas de significado (Scarry, 1985: 4-5). Daí que algumas estratégias de cura tenham sido desenvolvidas precisamente em torno da capacidade de narrar a sua experiência. É o caso do “método do testemunho”, criado pelos psiquiatras dinamarqueses Inger Agger e Soren Jensen a partir do trabalho com mulheres refugiadas chilenas na Dinamarca (Weine, 2006: 5-24).

Numa investigação sobre as consequências clínicas dos interrogatórios da PIDE/DGS levada a cabo logo a seguir a 1974, o psiquiatra Afonso de Albuquerque (1987) também notara que, mais do que fazer falar, interessava à polícia política desapossar o preso da sua identidade e silenciá-lo, por meio da tortura. A tortura induzia ao silêncio na justa medida em que incitava à palavra: “falar”, na PIDE, para além de conceder provas passíveis de condenação em tribunal e de facilitar a perseguição e detenção de companheiros, significava calar o sujeito que se era. O caso de Francisco Martins Rodrigues, o principal teórico do maoísmo português nos anos sessenta, é exemplar a este respeito.

No contexto das discussões em torno do conflito sino-soviético, Francisco Martins Rodrigues fora expulso do PCP em Dezembro de 1963 e criara poucos meses depois a Frente de Acção Popular (FAP) e o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). Exilado em Paris, decide entrar clandestinamente em Portugal em 1965, juntamente com Rui d’Espiney e João Pulido Valente, os restantes elementos do secretariado da organização. Com a estrutura ainda em fase de implantação, a PIDE viria a prender alguns dos seus elementos, entre os quais João Pulido Valente, que fora denunciado por Mário Mateus, um agente policial infiltrado na FAP/CMLP. Em “juízo revolucionário” realizado a 26 de Novembro de 1965, no pinhal de Belas, Francisco Martins Rodrigues e Rui d’Espiney decidem executar Mateus, sendo capturados pela PIDE no início de 1966.

Ambos foram submetidos a intensas sessões de tortura e viriam a confirmar alguns nomes à polícia. Francisco Martins Rodrigues recorda que em tribunal a PIDE juntou aos autos uma série de folhas, de forma a poder reconstituir o conjunto da organização pela voz do seu máximo responsável. Mas significativo é o modo como acaba por concluir: “o essencial é que eles tinham conseguido sacar informações e reduzir um gajo àquilo que eles queriam: a partir de agora este homem está arrumado” (Rodrigues, 29/01/2008). “Estar arrumado” não significava apenas sujeitar-se ao desprezo dos camaradas. Era, em última análise, tomar consciência de

que fora vítima de um processo de despotenciação política. Assim se compreende que alguns militantes “marxistas-leninistas” (m-l), incapazes de cumprir a directiva de nada dizer à polícia, tenham anunciado em julgamento que isso lhes havia subtraído a condição de “militante comunista integral” (*Defesa de Rui d’Espiney*, s/d; Rodrigues, 2008: 79).

Entendia-se, em última análise, que a condição de “comunista integral” exigia a armadura de um corpo militante, capaz de suplantar a dor por meio de uma forte consciência ideológica. Isso é descrito, de forma pungente, por um preso político numa autocrítica enviada para o exterior da cadeia.

“Quis lutar com as armas que tinha, e lutar ainda depois de ter sabido, pela derrota do meu corpo e pela perda da minha lucidez que a força era pouca, fraca e frágil, e que a resistência só poderia ser vitoriosa se tivesse sido maior, mais intenso, integral o meu empenho no projecto revolucionário, integral a preparação técnica, física e ideológica, integralmente comunista o corpo, como pretendia tornar-se a inteligência” (ANTT/PIDE/DGS, PC 679/68, NT 6007).

Não é irrelevante que as agressões começassem frequentemente pela simples recusa do sujeito à sua imagem. O corte da barba e do cabelo, a confiscação de bens pessoais, a negação de hábitos de higiene e a ausência de espelhos eram já formas de criar fracturas no interior dos indivíduos. Um outro método de tortura muito usado pela PIDE/DGS - ao lado da privação do sono, da “estátua”, dos espancamentos, dos insultos, das chantagens² - era o simples isolamento, mais eficaz do que pode parecer à primeira vista e responsável por grande sofrimento psicológico. Pinto de Sá - que representa um exemplo extremo e diferente de alguém que, depois de preso, passou a colaborar activamente com a polícia política - afirmou sentir uma “ansiosa necessidade de falar” após os vinte e um dias de isolamento (2006: 206).³ Álvaro Cunhal chegou mesmo a referir o isolamento como “a pior das torturas”. No seu estudo sobre a PIDE/DGS, Irene Pimentel cita a descrição de J. A. Silva Marques, que considerou o isolamento como “muito mais abalador que a mera violência física”. E acrescentava:

² Afonso Albuquerque (1987) regista os resultados da amostra a 50 ex-presos políticos, entrevistados nos anos de 1974 e 1975 pelo Grupo de Estudo da Tortura. Em situação de interrogatório, a privação do sono foi usada em 96% dos casos. Seguiam-se, segundo o mesmo estudo, o espancamento (em 46%), a tortura da “estátua” (em 38%); os insultos e chantagens (em 30%), as variações de temperatura (em 8%), o uso de altifalantes com gravações (também em 8%); e os choques eléctricos com um agulhão para gado (em 4%).

³ O livro-testemunho de Pinto de Sá motivou um dos poucos debates públicos que se conhecem sobre a “questão do porte”, em jornais e blogues, mas sem se ultrapassar, contudo, a chamada de atenção ao carácter compungido do livro e a recusa em comparar o tipo de colaboração activa e voluntária de Pinto de Sá com outros tipos de prestação de declarações na polícia política. De menor alcance, mas instigador de um debate bem mais interessante, foi a publicação no blogue Caminhos da Memória de um longo texto de análise sobre o assunto, da autoria de Diana Andringa, e que deu azo a dezenas de comentários (Andringa, 2009).

“Uma reacção significativa era a dos presos em «isolamento» chamados a interrogatório. Como se ansiava dia a dia essa chamada. Ir a interrogatório era como que ir ver o que se passava «lá fora». Um regresso ao mundo. E quando se ouvia no corredor os passos da brigada que vinha buscar um preso para interrogatório, e ela se dirigia para a cela ao lado, sentia-se uma amargurada mistura de alívio e frustração. A «sorte» de não ter ido, de não suportar provavelmente novos vexames ou violências; e o não ter tido a «sorte» de ir, de ir «lá fora»” (apud Pimentel, 2007: 371).

Uma das funções do isolamento era a de fazer crescer a expectativa da dor. Como a CIA já havia notado no relatório Kubark, de 1963, a expectativa da dor podia ser bem mais eficaz do que a dor realmente infligida. Se a brutalidade física tende a criar “ressentimento, hostilidade e maior desafio”, podendo até ser recebida com “alívio”, a “ameaça de infligir dor pode gerar medos mais perturbadores do que a própria sensação de dor”, diz-se (apud Andringa, 2009). É isto, aliás, que se passa na Sala 101 do famoso romance *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, de George Orwell [1949 (1997)]: apesar de ter aguentado inúmeros espancamentos, é quando Winston se confronta com a proximidade insuportável das ratazanas que denuncia a sua companheira Júlia.

Por outro lado, a tortura silencia igualmente porque instala um clima de medo que visa paralisar a resistência. Acciona-se assim aquilo que Hermínio Martins chamou de “coeficiente óptimo de terror”, que o Estado Novo soubera aplicar, e que consistia em dosear a violência de forma precisa e localizada de modo a que se propagasse um efeito dissuasor (Martins, 1998). Também Fernando Rosas apontou a cuidadosa gestão feita pelo regime entre “violência punitiva” e “violência preventiva”, notando como ambas se calibravam de acordo com as circunstâncias e as possibilidades (Madeira *et al.*, 2007:26-30). O que significa que a tortura, apesar de escondida e negada pelos seus executores efectivos e morais - a consulta aos arquivos da PIDE/DGS é uma viagem perturbadora a essa omissão - não deixou de ser um pilar fundamental na durabilidade do regime.

A voz da vítima

Nesta medida, o testemunho dos intervenientes é fundamental para se poderem conhecer essas margens da história sobre as quais a documentação escrita proveniente dos arquivos oficiais pouco revela. E isto é ainda mais importante porque o silêncio permanece sob múltiplas formas. Com efeito, ao lado do silêncio das vítimas que são incapazes de nomear o horror vivido nas salas de tortura, há também o silêncio daqueles que não se conseguiram manter em silêncio. Na verdade, no conjunto das entrevistas, poucos se dispuseram a falar dessa questão, contornando-a

explícita ou implicitamente. Aqueles que sobre ela falaram, fizeram-no muitas vezes de maneira indirecta ou rígida - com expressões como “já tinha lido sobre o assunto, mas estar lá é diferente” ou informando, sem mais, dos tipos de tortura a que foram submetidos e do número de dias que a sofreram. Houve mesmo quem tenha colocado o tabu sobre o tema como contrapartida para a conversa, estipulando um espaço de resguardo íntimo que se tratava de manter inviolável. Tal como Michael Pollak enunciou nos seus estudos com mulheres que estiveram em campos de concentração nazis, o silêncio pode não ter origem no esquecimento, mas sim na lembrança de um episódio traumático que se decide não exprimir por palavras, e que participa naquilo a que o autor chama “gestão do indizível” (Pollak, 1993).

Note-se que a entrevista, enquanto acesso à experiência subjectiva, faz ela própria parte do processo de “perpétua elaboração da identidade” (Branche, 2001: 44). Num texto já clássico no campo da história oral, Alistair Thomson (2006) afirma que os relatos de vida tendem a seguir uma lógica de “composição” [*composure*], buscando os indivíduos coerências narrativas entre passado, presente e futuro, que os fazem reprimir ou rever memórias dolorosas que não se acomodam facilmente à sua identidade actual ou que revelam tensões e traumas ainda não resolvidos. Ao abordar criticamente a noção de “histórias de vida”, Pierre Bourdieu (2006) referiu-se ao perigo da “ilusão biográfica”, essa crença de que existe uma coerência perfeita numa dada trajectória pessoal.

Algo do género está presente no caso de um entrevistado que declarou o seu «porte exemplar» na polícia, isto apesar de a consulta ao processo na PIDE/DGS apontar em sentido diverso.⁴ Este exemplo mostra bem como o ficcionamento do vivido pode ser estruturante nos discursos que os sujeitos elaboram sobre si próprios e sobre o seu passado. Independentemente da questão de saber se o entrevistado acredita efectivamente na sua ficção, ou quais as razões que podem explicar esta recriação (vergonha? vaidade? noção de que sofreu suficientemente para se poder arrogar ao estatuto de “herói?”), este episódio ilustra bem como a temática do porte não terminou com a queda da ditadura e continua ainda hoje a ser dilacerante.

A questão do porte

É preciso ter em conta que o “mau porte” foi muitas vezes motivo de expulsão das organizações e de ostracismo junto de camaradas e amigos. O padrão de comportamento dominante adoptado pelos “marxistas-leninistas” inspirava-se na

⁴ Optou-se por omitir o nome do entrevistado e a referência ao processo.

posição do PCP, que havia estabelecido como regra a recusa a fazer qualquer declaração e a assinar qualquer documento na polícia. Segundo José Pacheco Pereira, o primeiro preso político a tomar essa atitude foi Francisco Miguel, em Dezembro de 1939. A atitude de Francisco Miguel viria a inspirar a reflexão de Cunhal no documento *Se fores preso, camarada...*, editado em Abril de 1947, no qual se estabelecem “regras de comportamento dos comunistas presos, muito mais severas do que aquelas que existiam em movimentos revolucionários clandestinos nos outros países” (Pereira, 1999: 389).

No entanto, a argumentação aduzida para o acto de “não falar” é diferente. Logo em Outubro de 1965, a FAP/CMLP criticou o PCP por abordar a questão do ponto de vista da honradez e da lealdade, utilizando para isso conceitos católicos como inferno, paraíso e purgatório, em vez de colocar o comportamento na PIDE no contexto da luta entre burguesia e proletariado. Também o PCP (m-l) [Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)] - criado em 1970, em França - considera *Se fores preso, camarada* como um documento marcado por um «espírito catequista», apesar de conter “dados úteis sobre diversos tipos de tortura utilizados e dos fins com que a Pide os utiliza” (*O Novo Militante*, 10, 1974).

Mais do que um reflexo da capacidade individual de resistência do preso, ou até da persistência dos laços afectivos e de companheirismo, o “bom porte” seria o resultado de uma linha política justa e consequente. Esta linha de análise viria a ser utilizada indistintamente pelos grupos maoístas. Segundo o PCP (m-l), a temática do porte pode ser lida paralelamente ao processo de degenerescência que o PCP teria sofrido a partir de 1956 (*O Novo Militante*, 6, 1973). Com uma linguagem mais inflexível, o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), fundado em Setembro de 1970, veio afirmar que a “traição não se situa acima da luta de classes” e que ela “jamais será o fruto de torturas violentas, de debilidades físicas, de doenças” mas sim de “uma ideologia decadente, uma natureza de classe e uma prática social que nada têm a ver com o proletariado e o povo” (*Luta Popular*, 14, 1973).

Em regra, as organizações m-l distinguiram teoricamente entre colaboração activa com a polícia (a “traição”) e a incapacidade para resistir à tortura sob intensa pressão física e psicológica, que podia levar à delação ou simplesmente à confirmação de informações de que a polícia já dispunha. A gradação do tipo de cedências, no entanto, nem sempre era fácil de aferir e estava muitas vezes dependente das informações que os presos passavam para o exterior ou da percepção

que as organizações iam tendo a partir do nível de perseguição imediata a que eram sujeitas. Isso não impediu que algumas organizações defendessem a expulsão de qualquer elemento que tenha prestado declarações à polícia ou criticassem os grupos que concediam o estatuto de militantes a elementos que haviam falado na polícia. A contracorrente, um grupo como *O Bolchevista* - que tinha proximidade a alguns presos m-l em Peniche - defendeu que considerar que “os maus portes são a aniquilação total, a impossibilidade de nos reconstruirmos como revolucionários, é aceitar uma atitude metafísica e passiva” (*O Bolchevista*, 1, 1970). Foi por isso mesmo criticado por outras organizações m-l, tendo feito posteriormente uma autocrítica desta sua posição (*O Bolchevista*, 7, 1971).

O silêncio difícil

Se o acto de confessar pode ser um modo de o sujeito se condenar a uma espécie de rasura da identidade, resistir ao incitamento à palavra corresponde à capacidade de resguardar a intimidade e a sua história pessoal. Em sede de interrogatório, este silêncio manifestava-se na recusa em responder às perguntas dos inquisidores e em assinar posteriormente os autos. Foram várias as estratégias accionadas para manter o silêncio, mas passavam invariavelmente por manter a lucidez e o ânimo - e contar, naturalmente, com uma capacidade de resistência constantemente posta à prova. João Pulido Valente relatou desta forma a sua experiência:

“Era de noite, estava muito frio e puseram-me todo nu numa sala de interrogatórios, cheia de pides. Obrigaram-me a ficar de pé e eu, para não falar optei sempre por responder a mesma coisa: «recuso-me a prestar declarações». Como tenho facilidade em vomitar, resolvi provocar vômitos para ficar cada vez mais debilitado. A minha ideia era destruir-me fisicamente e manter-me lúcido. Ficar sem raciocínio, concentrado na ideia de não falar. Um deles achou que o melhor era dar-me leite e eu pedi um balde: bebi litros de leite e vomitava tudo a seguir.

Fiquei primeiro oito ou dez dias na tortura do sono, depois uns dias de intervalo e outra vez vários dias sem dormir. Fui espancado umas vezes, com pontapés e socos. Cheguei a um tal estado que o médico deles aconselhou-os a retirar-me porque eu estava em risco de vida.

Durante todo o tempo dos interrogatórios, apareceu por lá o pide Óscar Cardoso a fazer de bonzinho, e à noite aparecia também o Sachetti, todo perfumado, vindo do dancing ali ao lado, a fazer-me discursos” (Valente, 1994).

A alternância entre “pide bom” e do “pide mau” foi, como se sabe, uma das técnicas mais usadas pela polícia política. Aparecer diante do preso impecavelmente vestido e perfumado era também uma forma de lhe tentar quebrar o ânimo. A teatralização também foi usada: Rita Gonçalves recorda que o subinspector Abílio Pires um dia simulou que me ia bater, tendo-se gerado o seguinte diálogo: “Pensou que lhe ia bater? E eu: Sim. O quê? Eu?! Acha que batemos nas pessoas? Eu não acho, sei!”

(Gonçalves, 17/01/2008). Por seu turno, Francisco Martins Rodrigues lembra que numa ocasião o inspector Inácio Afonso o obrigou a despir-se e empunhou uma faca, com a qual ameaçou pôr-lhe “as tripas de fora, ‘como se fazia em Angola com os pretos’”. Noutra altura ter-lhe-á mesmo passado para a mão uma pistola para o caso de se querer matar.

“A certa altura vieram vários inspectores - era de manhã, se calhar foi para se divertirem - «ah, este é que é o gajo». Eu já estava a baralhar o sonho e a realidade, mas tenho quase a certeza que isto que vou contar aconteceu: o Inácio Afonso, que era quem mais ou menos «tratava» de mim, deu-me uma pistola para a mão, «eh pá, tu se calhar queres matar-te, guarda aí isso contigo»” (Rodrigues, 29/01/2008).

A PIDE procurava explorar, sempre que possível, as situações em que os detidos, privados de sono, tinham alucinações. O conhecimento dos sintomas provocados pelo suplício podia ajudar a proteger o preso. Pedro Baptista, destacado dirigente de *O Grito do Povo* (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, a partir de 1973), recorda que conhecia “de cor e salteado a patologia do torturado”, o que o ajudou a suportar as alucinações, que no seu caso envolveram insectos e serenatas com música de protesto. Também nas leituras permitidas foi possível encontrar ânimo. No intervalo das torturas a que foi submetido na sede da PIDE do Porto e em Caxias, Pedro Baptista pode ler o *D. Quixote*, que reputou como “um livro fundamental para a resistência de alguém que está preso”, já que “a dada altura da obra, os prisioneiros vão para as galeras e há uns que são desprezados pelos outros, e que são aqueles que sem a polícia ter provas, falaram e incriminaram por terem falado” (Baptista, 16/01/2008).

Política nas prisões e “reconstrução” dos militantes

A animosidade entre os militantes do PCP e da FAP/CMLP - exacerbada com os episódios em torno da expulsão de Martins Rodrigues mas, sobretudo, com a informação pelo *Avante!* de que Pulido Valente e Manuel Claro haviam entrado no país, vista como uma denúncia objectiva à PIDE - prolongou-se para o interior do espaço prisional.⁵ Em Peniche, terão existido num primeiro momento tentativas de

⁵ Ao longo do tempo, o Estado Novo serviu-se de uma rede de cadeias políticas destinada ao cumprimento das penas impostas. O regime começou por dispor do presídio de Angra do Heroísmo, mas rapidamente alargou a sua rede carcerária: cadeia do Aljube (1933/6-1966), Colónia Penal de Cabo Verde, no Tarrafal (1936-1954, posteriormente utilizado para prender elementos dos movimentos de libertação das colónias), Cadeia de Peniche (1934-1974) e o Forte de Caxias (1936/7-1974). Neste último estabelecimento - que passou a dispor de um reduto sul a partir de 1971 - funcionava também o hospital-prisão e o centro de interrogatórios da polícia política. No período de prisão preventiva, os elementos do sexo masculino podiam ficar nas delegações da PIDE de Coimbra e Porto, mas habitualmente eram transferidos para Lisboa, ficando no Aljube ou em Caxias, onde também estavam mulheres já condenadas. Depois de condenados, os presos homens eram transferidos para Peniche.

unidade entre “comunistas” e “marxistas-leninistas”, que rapidamente se foram esboroando. Um documento de 1970, oriundo de “A Vanguarda”, uma pequena organização maoísta portuguesa em França, nota que entre 1965 e 1967 “a política dos marxistas-leninistas [foi] de mostrar face aos guardas que não existem aparentemente qualquer divergência entre eles e os revisionistas no plano da luta” (*As lutas dos revolucionários portugueses no interior das prisões*, A Vanguarda, 1970).

Num documento apreendido pela PIDE, no qual se faz a análise da actuação dos “marxistas-leninistas” presos em 1966 e se apontam linhas estratégicas para o futuro, estipula-se logo aí a necessidade de divergência com os presos do PCP. Reitera-se o imperativo de manter uma posição de distanciamento relativamente aos dirigentes “revisionistas” a aos “elementos democratas liberais” e criticam-se alguns camaradas por se terem deixado “envolver até certo ponto nas palavras e atitudes unitárias dos revisionistas”. A tarefa deveria ser “desmascarar, isolar e dividir os revisionistas como agentes da burguesia junto do movimento operário” (*Algumas experiências da actividade na cadeia em 1966*, ANTT, PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933).

Na análise efectuada distingue-se entre dirigentes e trabalhadores de base, mesmo que afectos ao PCP, afirmando que o esforço de unidade devia ser feito com estes últimos, mas na base de um apoio à revolução chinesa e à ideia de reconstrução do partido. O texto, porém, é bastante crítico sobre os resultados práticos que têm sido alcançados, apontando-se duas razões maiores para o fracasso. Em primeiro lugar, o facto de os presos m̄l estarem com “dirigentes revisionistas no mesmo lado da trincheira, conduzindo uma luta comum e diária contra os carcereiros fascistas”, o que os fazia momentaneamente esquecer “que os revisionistas não são comunistas em erro mas uma corrente burguesa”. A segunda razão tocava precisamente na questão do porte:

“Bastantes camaradas sentem-se diminuídos em face dos responsáveis revisionistas, devido à larga experiência política destes, ao seu passado, ao seu porte firme na polícia, ao facto de ainda serem considerados por muita gente como comunistas. Esses camaradas, diminuídos pelos seus pontos fracos (baixa cultura política, inexperiência, mau porte na polícia), não se atrevem a conduzir uma luta ideológica e política activa contra os revisionistas, esquecendo que qualquer militante que segue a linha comunista está sempre acima do revisionista que luta contra a revolução; tudo o mais são factores secundários” (*Algumas experiências da actividade na cadeia em 1966*, ANTT, PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933).

Não deixa de ser significativo que o “mau porte” na polícia apareça junto de factores como a baixa cultura política e a inexperiência, todos eles reputados de secundários relativamente à linha política seguida. O facto de uma parte considerável dos presos

da FAP/CMLP não ter conseguido manter até ao fim uma postura intransigente no confronto com a PIDE/DGS ajuda a explicar isto. O que não significa, porém, que a questão tenha sido efectivamente secundarizada. Francisco Martins Rodrigues, por exemplo, apesar de continuar a ser reconhecido como o principal teórico da corrente, recordou que não fomentava contactos com os grupos no exterior, já que entrou num processo de autolimitação decorrente de ter “falado” (Rodrigues, 29/01/2008). A consciência de culpa terá servido de eixo a discussões sobre os caminhos a adoptar para a “reconstrução” futura dos militantes:

“ Houve um debate sobre se nos deveríamos proletarizar ou não após a saída. No meu ponto de vista, isso tem muito a ver com o facto de grande parte dos presos deste grupo não ter tido na cadeia o comportamento que era exigido organizacionalmente, logo, que teriam de fazer alguma reabilitação. Para alguns - lembro-me que o Francisco Martins Rodrigues defendia isso - essa reabilitação passava por um processo de proletarização, pelas pessoas assumirem de facto uma vida de operários. Não serem «intelectuais pequeno-burgueses», usando a linguagem da época. Nesse colectivo, quem se opunha fundamentalmente a isso era o João Pulido Valente que achava, por um lado, que era difícil às pessoas com formação de base intelectual se inserirem nesse meio sem parecerem estranhas, sem se denunciarem, e, por outro, se existisse uma revolução as pessoas seriam mais úteis nas suas profissões de carácter técnico-científico mais avançado, digamos assim. O médico deveria continuar a ser médico, o engenheiro deveria continuar a ser engenheiro e por aí fora” (Henriques, 03/01/2008).

A tensão entre comunistas e m-ls manifestou-se de várias maneiras: entre Outubro de 1966 e Fevereiro de 1967 surgiram alterações quanto às datas revolucionárias a comemorar. Se todos comemoravam - embora não conjuntamente - o 1.º de Maio, a extrema-esquerda celebrava ainda o 18 de Janeiro (insurreição na Marinha Grande, em 1934), o 1.º de Outubro (aniversário da revolução chinesa de 1949), a revolução de Outubro (a 7 de Novembro) e o 4 de Fevereiro (início da luta armada em Angola), enquanto censuravam os militantes do PCP por comemorarem o 5 de Outubro (implantação da República) e o 1.º de Dezembro (restauração da independência) (*As lutas dos revolucionários portugueses no interior das prisões*, A Vanguarda, 1970).

No entanto, foi na atitude a ter perante os guardas e o estabelecimento prisional que se registaram as maiores divergências, o que viria a ter reflexos claros nas greves da fome conduzidas a partir de 1970 pelos presos mais radicais, greves essas que não contaram com a solidariedade dos comunistas. Um texto da corrente m-l data de 1968 o agudizar das posições, com o “rompimento da luta contra a permanência dos guardas nos refeitórios”, a recusa de abandonar as visitas após um preso ter a sua interrompida e a “tentativa de moderação da luta desencadeada pelo espancamento de um camarada”. Estipulando-se então que os “revisionistas” eram “inimigos de classe, não apenas no plano teórico e abstracto, mas em todas as posições práticas”, decide-se impor o tratamento por você aos “elementos dirigentes revisionistas”,

abolir os jogos e a leitura conjunta do jornal em voz alta, não participar em festejos de aniversário (“reflexo declarado de uma ideologia burguesa”), manter o afastamento das festas religiosas, não festejar em comum o 1.º de Maio e fazer uma completa separação de dinheiro.

Esta última proposta articulava-se com um estilo de vida que os prisioneiros maoístas procuravam incentivar. Tratava-se de criar comunas revolucionárias que não admitissem as “diferenças materiais cada vez mais marcadas entre os presos”. A comuna deveria passar para propriedade colectiva todos os bens - dinheiros, alimentos, roupas, livros - governando segundo o princípio comunista “de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades”. A proposta redigida aponta claramente que o objectivo da comuna não consiste em “elevar os presos pobres ao nível dos ricos, mas, pelo contrário, baixar o nível dos ricos e criar condições de vida que se aproximem do nível médio do proletariado”. Para isso seria necessário suprimir “gastos supérfluos (banquetes, artigos de luxo, festas de aniversário)”, mas admitindo que a reeducação dos elementos burgueses deveria ser feita de forma gradual (ANTT/PIDE/DGS, PC 2645/65, NT 5795-5796, vol.3).

27 de Abril de 1974

A 25 de Abril de 1974, as movimentações libertadoras não chegaram imediatamente ao conhecimento dos presos políticos. O comunista Fernando Miguel Bernardes (1991: 142-147) relata que nesse dia os guardas não concederam visitas e a rádio permanecia calada, e só aos poucos os presos se vão apercebendo da situação insurreccional. Ao raiar da manhã de 26 de Abril, os presos de Peniche continuavam no interior da Fortaleza. A meio da noite de 26 para 27, os prisioneiros foram ouvidos pelos representantes oficiais das Forças Armadas, enviados pela Junta de Salvação Nacional, e começaram a sair em liberdade.

A presença de três presos condenados por crimes de sangue - Francisco Martins Rodrigues e Rui d’Espiney, da FAP/CMLP, e Filipe Viegas Aleixo, da LUAR - fez com que a libertação sofresse demoras, já que ordens de Spínola impunham que estes elementos se mantivessem detidos. A memória do que se passou a seguir difere, consoante a área política. Fernando Miguel Bernardes nota que a maioria dos presos se recusou expressamente a “sair sem a garantia de que nem um preso político ficasse entre as grades”, não identificando qualquer conflito entre os presos (1991: 146). Rui d’Espiney e Francisco Martins Rodrigues, por sua vez, evocam a solidariedade em assembleia dos presos da área da extrema-esquerda que se

recusaram a sair enquanto lá ficasse algum dos condenados por “crimes de sangue”. O primeiro recorda que a assembleia apenas teve a presença dos presos do rés-do-chão e do 1.º andar: “por cima estavam os presos do PC. Aí as coisas foram completamente diferentes: quando chegou a hora de serem libertados, foram libertados” (d’Espiney, 01/07/2008). Martins Rodrigues afirma também que os presos do PCP começaram a sair - o próprio Viegas Aleixo estava no piso dos comunistas e veio juntar-se-lhes - e que foi o grupo dos presos m-l, da LUAR e anticoloniais que tomou a atitude de intransigência (Rodrigues, 29/01/2008). Segundo os presos m-l, este episódio inseria-se na linha de falta de solidariedade dos presos comunistas para com as lutas efectuadas no interior da cadeia. Para estes, por seu turno, a prática de constante afrontamento aos guardas e à direcção da cadeia por parte dos presos maoístas provocava um ambiente de irritação que inviabilizava as pequenas conquistas.

A diferenciação perante o campo da militância comunista aparece assim como um dos eixos centrais da construção da subjectividade política desta área radical associada ao maoísmo. Por outro lado, e não obstante algumas variações discursivas, este terreno político estipulou comportamentos em situação de tortura e encarceramento que se filiavam directamente na tradição que o PCP vinha afirmando desde finais da década de 1930. A extrema dureza da norma genérica de nunca prestar declarações à polícia e o opróbrio mais ou menos acentuado a que estavam sujeitos todos os que “fraquejavam”, fez com que se produzissem processos de autolimitação, culpa e silenciamento que ainda hoje são difíceis de desbloquear. É como se, ironicamente, a ditadura tivesse conseguido esta pequena vitória *a posteriori*, sob uma boa parte daqueles que a combateram.

Referências Bibliográficas

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo da PIDE/DGS

PC 679/68, NT 6007.

PC 1397/67, NT 5933.

PC 2645/65, NT 5795-5796, vol.3.

2. Centro de Documentação 25 de Abril

As lutas dos revolucionários portugueses no interior das prisões, A Vanguarda, 1970.

Defesa de Rui d’Espiney, documento policopiado, s/d.

Luta Popular, 1973.

O Bolchevista, 1970-1971.

O Novo Militante, 1973-1974.

Relatório da Comissão de Inquérito à 5.ª Reunião Plenária do Comité Central, Comissão de Inquérito, s/d.

3. Entrevistas ao autor

Baptista, Pedro. Porto, 16/01/2008.

d’Espiney, Rui. Setúbal, 01/07/2008.

Gonçalves, Rita. Lisboa, 17/01/2008.

Henriques, Rui Teives. Lisboa, 03/01/2008.

Rodrigues, Francisco Martins. Lisboa, 29/01/2008.

4. Bibliografia

Achino-Loeb, Maria-Luisa (ed.) (2006), *Silence. The Currency of Power*. New York and Oxford: Berghahn Books.

Albuquerque, Afonso (1987), *Stress - Causas, Prevenção e Controlo - um guia prático*. Lisboa: Informação e Saúde, Texto Editora.

Andringa, Diana (2009), “Falar na polícia”, blogue *Caminhos da Memória*, <http://caminhosdamemoria.files.wordpress.com/2009/01/falar_dandringa1.pdf>, acedido a 25 de Agosto de 2009.

Bernardes, Fernando Miguel (1991), *Uma Fortaleza da Resistência. Peniche 1934-1974*. Lisboa: Edições «Avante!».

Bourdieu, Pierre (2006), “A ilusão biográfica”, *Usos e Abusos da História Oral*. Ed. Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 183-192.

Branche, Raphaëlle (2001), “Género y tortura: cuando una mujer pregunta a los hombres sobre la violencia”, *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, 26, 37-46.

Madeira, João *et al.* (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Martins, Hermínio (1998), “Portugal”, in *Classe, Status e Poder*. Lisboa: ICS.

Orwell, George (1997 [1949]), *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Antígona, [2.ª ed].

Pereira, José Pacheco (1999), *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, vol. 1 - Daniel, o Jovem Revolucionário*. Sacavém: Temas e Debates.

Pimentel, Irene Flunser (2007), *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

Pollak, Michael (1993), *Une identité blessée: études de sociologie et d’histoire*. Paris: Editions Métailie.

Rodrigues, Francisco Martins (2008), *Os Anos do Silêncio*. Lisboa: Dinossauro/Abrente.

Sá, Pinto de (2006), *Conquistadores de Almas*. Lisboa: Guerra e Paz.

Scarry, Elaine (1985), *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. Oxford: Oxford University Press.

Sironi, Françoise (1999), *Bourreaux et Victimes. Psychologie de la Torture*, Paris: Odile Jacob.

Thomson, Alistair (2006), "Anzac Memories. Putting popular memory theory into practice in Australia", in Robert Perks e Alistair Thomson (eds), *The Oral History Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 244-254 [2.ª ed.].

Valente, João Pulido (1994) "João Pulido Valente. 63 anos, médico". *Público*, 22/04/1994, 1507.

Weine, Stevan (2006), *Testimony after Catastrophe. Narrating the Traumas of Political Violence*. S.I.: Northwestern University Press.

Nota biográfica

Miguel Cardina é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Licenciado em Filosofia e Mestre em História das Utopias e das Ideologias Contemporâneas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Desenvolve neste momento a sua tese de doutoramento sobre as oposições de extrema-esquerda à ditadura portuguesa do Estado Novo. Os seus interesses de investigação centram-se nas relações entre história e memória e na análise do radicalismo político e cultural dos "longos anos sessenta". Autor de *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismo* (2008, Angelus Novus).

Contacto: miguelcardina@ces.uc.pt